



**Ministério do Meio Ambiente
Conselho Nacional de Recursos Hídricos**

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº __ , DE __ DE _____ DE 2005

Estabelece diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os de licenciamento ambiental.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº. 4.613, de 11 de março de 2003, e conforme o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, e a Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que regulamenta aspectos do licenciamento ambiental;

Considerando a necessidade de integração de procedimentos de instrumentos da Lei nº 6.938, de 1981, e da Lei nº 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, resolve:

Art 1º Estabelecer diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os de licenciamento ambiental, envolvendo os órgãos e entidades competentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

Parágrafo único. Os procedimentos previstos no *caput* desse artigo deverão obedecer aos princípios do uso múltiplo e racional dos recursos naturais e da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, às prioridades estabelecidas nos planos de recursos hídricos e ambientais e às legislações pertinentes.

Art 2º Os órgãos e entidades referidos no artigo 1º devem articular-se com vistas a compartilhar informações e compatibilizar procedimentos de análise e decisão em suas esferas de competência.

Art. 3º Para fins desta Resolução, serão adotadas as seguintes definições:

I – Manifestação Prévia: qualquer ato administrativo emitido pela autoridade outorgante competente, inserido no procedimento de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos, que corresponda à outorga preventiva ou à declaração de reserva de disponibilidade hídrica, como definidas na Lei nº 9.984, de 2000, destinado a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando aos investidores o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos.

II – Outorga de direito de uso de recursos hídricos: ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante competente faculta ao requerente o direito de uso dos recursos

hídricos, por prazo determinado, nos termos e condições expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes.

III - Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

IV - Licença ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

V – Licença Prévia - LP: concedida na fase preliminar do planejamento de empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

VI – Licença de Instalação - LI: autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

VII – Licença de Operação - LO: autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;

Art. 4º A Manifestação Prévia, emitida pela autoridade outorgante competente, quando exigível, deve ser apresentada ao órgão ambiental licenciador para a obtenção da Licença Prévia.

Parágrafo único. A autoridade outorgante competente deve ser informada oficialmente pelo órgão ambiental licenciador sobre os pedidos de licença prévia indeferidos, para providências cabíveis.

Art. 5º A outorga de direito de uso de recursos hídricos, emitida pela autoridade outorgante competente, deve ser apresentada ao órgão ambiental licenciador para a obtenção da Licença de Operação.

§ 1º Para os empreendimentos ou atividades em que a outorga de direito de uso de recursos hídricos for necessária para a sua implantação, ou no caso de empreendimentos que não tenham Manifestação Prévia, a outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser apresentada para a concessão da Licença de Instalação.

§ 2º A autoridade outorgante competente deve ser informada oficialmente pelo órgão ambiental licenciador sobre os pedidos de licença de instalação e de operação indeferidos, para providências cabíveis.

Art 6º Na hipótese de modificações no empreendimento decorrentes da análise dos pedidos de Manifestação Prévia e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, a autoridade outorgante competente deve articular-se com o órgão licenciador e com o empreendedor, visando compatibilizar as licenças ambientais às novas condições.

Parágrafo único: A articulação referida no *caput* também deve ocorrer quando a análise dos pedidos de licenças ambientais exigir do requerente modificações no empreendimento que alterem as características de regime, de quantidade ou de qualidade dos recursos hídricos, de modo a compatibilizar a Manifestação Prévia ou a outorga de direito de uso de recursos hídricos às novas condições.

Art. 7º Os atos administrativos emitidos pela autoridade outorgante competente e pelo órgão licenciador podem ser expedidos concomitante.

Art. 8º Esta Resolução não se aplica aos usos de recursos hídricos que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme § 1º, art. 12, da Lei nº 9.433, de 1997.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo